

As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

O objetivo da parceria entre INCRA, CGPCT e NEAD (MDA) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

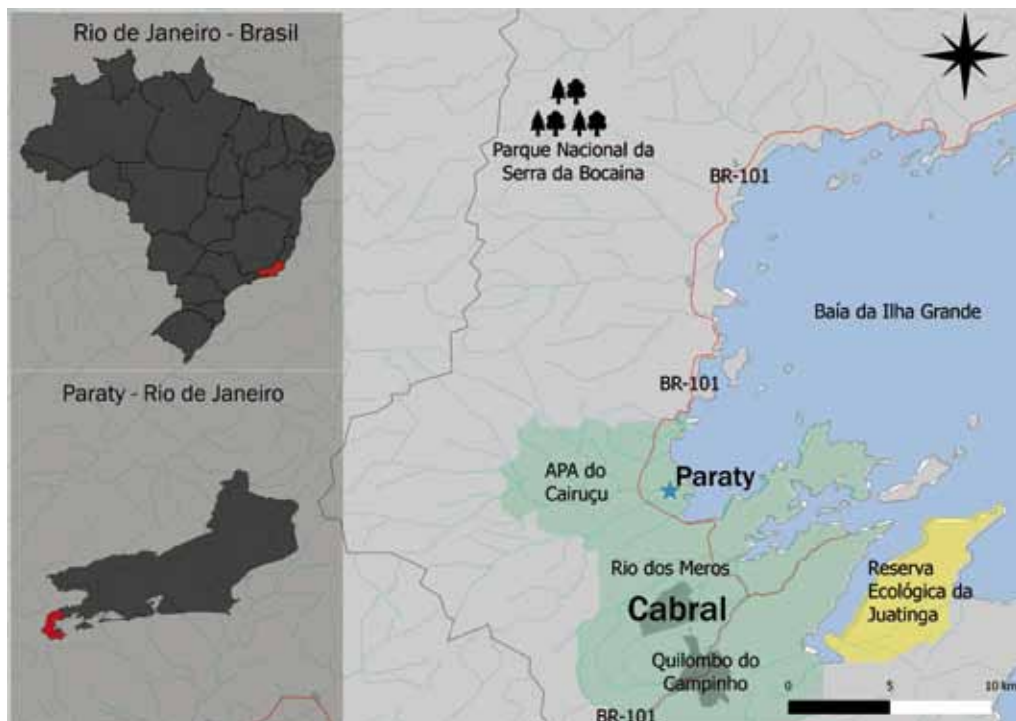
A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



Comunidade Quilombola de Cabral

A comunidade quilombola de Cabral está localizada no município de Paraty-RJ, a cerca de 10 km do centro histórico, no segundo distrito de Parati-mirim. Está rodeada de outras comunidades tradicionais – de caiçaras, aldeias indígenas Guarani e o Quilombo do Campinho. A comunidade é formada por cinco núcleos ou grupos de parentes: os Lucas, os Alves, os Angélica (também chamados de Cabral), os Rosa e os herdeiros de Benedito Evêncio.

Cada grupo de parentes tem a posse ou o “direito de herdeiro” sobre uma área que, em conjunto, forma um território coletivo conhecido como “bairro do Cabral”. O bairro é atravessado pelo córrego de mesmo nome, no interior da bacia do Rio dos Meros, região também chamada Sertão dos Meros. Seu território vai do Sertão do Rio dos



Meros até a margem da BR 101. A área reivindicada mede 512,84 hectares e compreende parte da extensão total do bairro.

Dos cinco grupos de herdeiros que vivem em Cabral, três deles – os Alves, os Lucas e os Angélica – somavam, em 2007, cerca de 50 famílias. Apesar de possuírem algum tipo de documentação que comprova a posse da terra, essas famílias não têm garantia efetiva contra as crescentes pressões e ameaças da especulação imobiliária. Também sofrem as consequências do turismo em Paraty. Principal atividade econômica do município, o turismo cresceu principalmente depois que a rodovia Rio–Santos (BR 101) foi construída nos anos 1970.

As ameaças de expropriação levaram os três núcleos a lutarem pela titulação coletiva de suas posses. Os outros dois núcleos, os herdeiros de Benedito Evêncio e os Rosa, estão mais seguros de suas posses e não reivindicam diretamente a titulação de suas parcelas. Entretanto, são parceiros da luta. Contam também com o apoio do Quilombo Campinho da Independência, com quem a comunidade possui relações de parentesco e vizinhança.

A origem de Cabral está ligada a uma trama de casamento, adoção e herança entre escravizados e senhorios. Muitos avós e bisavós dos atuais moradores trabalharam como escravizados na região desde a primeira metade do século 19, pelo menos. Os cinco grupos familiares descendem direta ou indireta-

mente de uma ancestral comum: Francisca Alvarenga, proprietária de várias terras, dentre elas a Fazenda da Caçada, onde atualmente está situado o quilombo. Com a decadência das fazendas em Paraty, no fim do mesmo século, Francisca doou suas terras a seus filhos, naturais e adotivos, e a seus escravizados, que ali se estabeleceram e constituíram família.



Vale do Cabral, visto do Alto do Lucas

Durante muito tempo, Cabral viveu em um relativo isolamento até a construção da Rodovia Rio-Santos. Toda a região que compreende o município de Paraty até Ubatuba-SP era acessível somente através de embarcações marítimas ou por longas trilhas. As comunidades negras, caiçaras e indígenas viviam basicamente do que produziam, mantendo pequenas relações de comércio com a cidade. O arroz não era cultivado na região e, como havia pouco comércio, alguns dos atuais moradores só comeram arroz pela primeira vez quando adultos. Até as décadas de 1960 e 1970, o dinheiro quase não circulava na comunidade.

A situação de isolamento relativo permitiu o estabelecimento de uma estreita rede de parentesco entre os diferentes grupos de herdeiros no bairro do Cabral, guardada até hoje. Como suas terras são muito próximas, os moradores mantêm entre si relações de trabalho, comércio e casamento, muitas vezes entre primos. Em alguns casos, as famílias buscaram regularizar as escrituras antigas das posses, mas constantemente faltava um documento de partilha de herança. A situação de herança não partilhada manteve a unidade das terras de herdeiros e há um relativo consenso entre os grupos de que elas devem permanecer indivisas, para usufruto comum de toda família.

A palavra “família” é usada pelos moradores de diferentes maneiras. Com frequência, refere-se ao núcleo restrito, formado pela casa dos pais e de seus filhos. Mais raramente, compreende toda a comunidade, formada pelos laços de casamento e apadrinhamento. De forma mais difusa, também pode incluir comunidades próximas, como Campinho ou bairros de Paraty, onde vivem outros parentes. Recentemente, tem englobado também, de forma pontual, a “comunidade quilombola”.

A forma mais usada é aquela em que “família” se refere a cada grupo de herdeiros. É principalmente a partir dela que os moradores do bairro do Cabral se organizam. Faz parte do grupo quem é herdeiro ou foi incorporado a uma família de herdeiros. O direito é baseado na descendência paterna. Nas palavras do Sr. Domingos, morador do Lucas, quando há casamento, “o homem puxa” a mulher das terras

da família dela para as da família dele e, em caso de separação, ela deve retornar ao seu grupo familiar. Entretanto, as regras não são fixas e há exceções.



Histórias de um território negro

Ao longo de sua história, Paraty vivenciou diferentes ciclos de crescimento econômico e decadência. Ouro, cana-de-açúcar e café movimentaram a economia regional em períodos alternados. Durante o século 19, o café tornou-se o principal produto de exportação da região e a cidade ocupou um lugar estratégico: embarcava o café do Vale do Paraíba e desembarcava os escravizados, inclusive aqueles que, por meio de tráfico ilegal, vinham da África e de províncias ao norte de Paraty.

Conta-se sobre a existência de um quilombo no morro da Praia da Cajaíba, onde teriam sido encontrados fogões e plantações antigas de mandioca e gengibre. Os escravizados tramavam revoltas e possivelmente se identificavam por uma imagem de Santo Antônio de Nó de Pinho, usada como pingente ou patuá.

No fim do século 19, Paraty começou a passar por um declínio econômico e um acelerado processo de despovoamento, situação que perdurou ao longo da primeira metade do século 20. As mudanças

nas estradas e a abertura de uma ferrovia entre o Rio e São Paulo fizeram com que caminhos que cortavam a região perdessem sua importância, criando um relativo isolamento. Essa situação se intensificou com a Abolição da Escravatura, em 1888. As pessoas que permaneceram se dedicaram às atividades de subsistência, com uma pequena produção de açúcar e aguardente, comércio local e pesca artesanal.

No processo de Abolição, muitas fazendas entraram em decadência, sendo abandonadas pelos antigos fazendeiros e parcialmente divididas entre os escravizados, por doação ou apossamento. Aqueles que ali permaneceram deram origem a comunidades com fortes laços de parentesco, compadrio e vizinhança. Foi o caso das comunidades negras rurais de Cabral e Campinho. As duas comunidades indicam a existência de um território contínuo de comunidades negras rurais no sertão de Paraty, que se estende até Ubatuba-SP, incorporando a comunidade de Caçandoca-SP na mesma rede de trocas e parentesco.

O Quilombo de Cabral se origina de antepassados de escravizados das fazendas da região. A comunidade está localizada principalmente nas terras da antiga Fazenda da Caçada, mas havia outras propriedades vizinhas ou sobrepostas: Fazenda Rio dos Meros, Fazenda Itatinga, Fazenda Cabral, Sítio Boa Vista, Sítio Borboleta, Fazenda ou Sítio Guiti.

Francisca Alvarenga é uma personagem fundamental para a história do grupo. Ela foi proprietária da fazenda Rio dos Meros e, depois de viúva, tornou-se dona da fazenda da Caçada e do Engenho D'Água pertencentes ao seu marido, Francisco Alves. Seus escravizados se dividiam entre a sua casa na cidade e as fazendas no sertão de Paraty, onde podiam plantar. Ali se estabeleceram em condições de certa autonomia e estabilidade. Francisca deixou suas terras em herança para seus filhos e seus escravizados. Em seu testamento, dividiu-as em quatro partes: 70 alqueires para Benedito Francisco, 40 para Benedito Alves, 400 para Alto Melo e 300 para Araquém.

Benedito Alves dos Santos, ou Benedito Velho, como era chamado, era filho de Francisca e formou família e descendência com uma



Fotos antigas de moradores do bairro do Cabral

ex-escravizada de sua mãe. Dessa união surgiu o tronco familiar dos Alves. Ele documentou suas posses, mas seu filho, Benedito Pequeno, fez outra documentação e colocou apenas o nome de uma de suas irmãs, chamada Francisca, deixando de fora pelo menos outras duas, Umbelina e Rita. Apesar de não constarem na documentação, Umbelina, Rita e seus filhos continuaram a viver sob as mesmas terras.

A partir de Benedito Pequeno, a ocupação da terra pelos outros familiares passou a estar condicionada a um tipo de arrendamento pago por meio de trabalho. Essa situação começou nos anos de 1940 e durou até finais de 1950. Foram duas décadas em que Benedito Pequeno dizia onde e quando era permitido plantar, construir ou retirar lenha. Com sua morte, em 1958, e a passagem das terras para seu filho Bintó, esse regime foi suspenso e a terra voltou a ser “livre”.



Núcleo dos Alves

A história dos Lucas tem início com Benedito Francisco dos Santos, nascido em 1872 e falecido entre 1932 e 1933. Benedito casou-se com uma das duas filhas de criação de Francisca Alvarenga, as negras libertas Benedita Patrocínio de Oliveira e Rosa Patrocínio de Oliveira, mas não se tem certeza com qual, provavelmente Benedita. Todos os moradores do Lucas são seus herdeiros. Conta-se que sua terra ia do meio do Cabral até um lugar chamado Sorocaba.

Existem quatro guias de recolhimento do Imposto Territorial Rural, conhecido pelos moradores como o Incra, que comprovam a posse das terras pelos Lucas. As guias se referem ao pagamento de uma área de 211,2 hectares. Outro documento de terra que eles possuem é o Cadastro de Imóvel Rural (DP), também em nome de Benedito Francisco dos Santos. Após a sua morte, as terras ficaram para seus filhos Procópio, Manoel, Anastácio, Leandro, José e Maria. Uma parte ficou sem destinatário particular.

Os familiares de sobrenome Angélica descendem da ancestral Maria Angélica de Alvarenga, ex-escravizada da Fazenda Itatinga, área desmembrada da antiga Fazenda da Caçada pertencente a Francisca Alvarenga. Depois da Abolição, a ancestral teria recebido 70 alqueires de terra, que iam do Rio dos Meros até o Rio Turvo. Com seu falecimento, as terras foram deixadas para seus vários filhos, entre eles Joana Angélica, Júlia Angélica, Manoel Angélica, Geraldo Angélica e Benedito Angélica.



Córrego do Cabral, no interior das terras dos herdeiros do Lucas.

Parte dos Angélica também são conhecidos por Cabral. Cabral também é o nome do bairro rural e do quilombo. No passado, a ampla região em que se situa era chamada pelos documentos oficiais apenas como Rio dos Meros ou Sertão dos Meros. Os pequenos agrupamentos espalhados pelos vales ganhavam na linguagem local nomes relacionados às famílias, como é o caso dos Lucas, Alves, Benedito Evêncio e Rosa, ou às características geográficas, como a grota funda chamada Cabral situada perto das casas do grupo de herdeiros de mesmo nome.

Na década de 1950, foi instalada uma escola municipal na região. A professora primária, ao perceber as diferenças e a distância entre os vales da bacia do Rio dos Meros, sentiu necessidade de nomear o local em que trabalhava. Como a escola ficava próximo às terras da grota de Cabral, esse nome passou a caracterizar o vale e o córrego ao sul do Rio dos Meros.

Vida em comunidade

As terras de herança no bairro do Cabral não foram divididas e os familiares as mantêm em uso comum, não havendo uma separação fixa entre as parcelas de cada um.

A abertura das roças é livre no interior das terras de cada grupo e normalmente é feita longe das residências, onde ficam os quintais. No Lucas, por exemplo, as casas dos pais de família ficam perto das casas de farinha e à sua volta se distribuem as residências dos filhos.

A fabricação de farinha de mandioca é prática tradicional em Cabral e nas comunidades vizinhas. Após a colheita da mandioca ela é lavada, raspada, ralada, prensada, levada ao forno para torrar e ensacada para a venda. Os instrumentos usados no fabrico da farinha são feitos pelos próprios quilombolas, tais como os fornos de barro, as panelas, as prensas, gamelas e pás, pilão de madeira, balaio de taquaras, tipitis, peneira, dentre outros instrumentos.

Outra atividade tradicional foi a agricultura de coivara, modo de plantio muito comum na região. Nele, a mata nativa é derrubada,

seguida pela queima da vegetação. Hoje há plantação de cana, milho, banana, citros, mandioca e legumes, próximo às casas ou em meio à capoeira e pastos. A produção de cana é vendida para o alambique de cachaça Engenho Coqueiro, situado em terras arrendadas por Benedito Evêncio há cerca de 30 anos. Há também criação de galinhas, porcos e outros animais.



Casa de farinha nas terras dos herdeiros do Lucas



Processo de fabricação da farinha



Área de roça familiar repartida com cana, milho e mandioca



Cana vendida para o Alambique Coqueiro

Habitação em meio às culturas diversificadas, próximo à mata



Alguns quilombolas trabalham também em condomínios de luxo na região, como o Condomínio Laranjeiras, ocupado principalmente por paulistas de alto poder aquisitivo. Para ficar perto da cidade, onde a oferta de trabalho é maior, filhos e netos podem estudar e, a fim de evitar o extremo parcelamento da terra familiar, outros quilombolas resolveram ir morar na “cidade nova”, Paraty.

Há diferentes religiões e três igrejas em Cabral: Assembleia de Deus, Congregação Cristã e Igreja Católica, construídas com a contribuição de Benedito Evêncio. As principais festas da comunidade – a Festa de São João, que ocorre no Alambique Coqueiro, e a Celebração de Santana, na Igreja Católica – reúnem todo o grupo. Antigamente era costume os moradores matarem um boi e organizarem um mutirão para preparar as comidas típicas das festas. A maioria das festas ocorria nas terras de Benedito Evêncio, principal responsável pelos festejos.

No bairro, há uma escola, em área cedida por Benedito Evêncio, que atende estudantes até a 4ª série. Para a continuidade dos estudos é preciso ir a Paraty. Existe transporte coletivo apenas até a BR 101. O caminho da rodovia até a comunidade é feito a pé e leva cerca de 40 minutos. Até 2008, o bairro não contava com coleta de lixo público nem água encanada. O abastecimento era feito diretamente das nascentes. A energia elétrica chegou em 2006, por iniciativa dos moradores, e serviu toda a comunidade em 2008.

Ainda em 2008 estava em construção nos fundos da Igreja Católica um posto de saúde. Hoje os moradores contam com o Programa Saúde da Família. Sua implementação foi resultado de uma negociação



Quilombo de Cabral, ao fundo Igreja Católica



Igreja Protestante Congregação Cristã

entre o Quilombo do Campinho e a Prefeitura, depois que esta passou a receber verbas especiais para atendimento dos quilombolas.

Uma região de conflitos

A situação de relativo isolamento e autonomia em que vivia a comunidade de Cabral modificou-se principalmente a partir da década de 1960, quando vias de acesso à região foram asfaltadas e o processo de ocupação turística se intensificou. Os primeiros conflitos fundiários envolvendo as comunidades locais iniciaram nessa época. A situação piorou com a abertura da BR 101 em 1970, atraindo grileiros e aumentando a especulação sobre as terras. Também, muitas pessoas vieram trabalhar em outras obras próximas à região. Além dos condomínios de luxo, também surgiram bairros de periferia que passaram a abrigar trabalhadores migrantes, pescadores e outros grupos expulsos de suas terras. Começou um processo de urbanização desordenado do meio rural e áreas costeiras.

A intensificação dos conflitos fundiários, da degradação ambiental e das ameaças sobre os modos de vida das populações locais se tornaram questões graves. Mas foi a ameaça ao ambiente a principal motivação para que o estado do Rio de Janeiro e o município de Paraty desenvolvessem ações para preservar o patrimônio cultural e natural da região, mediante legislação específica e a implementação de várias Unidades de Conservação. A região faz parte atualmente do Corredor Ecológico da Serra do Mar e da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

A indústria do turismo e as ações de preservação avançam sobre os territórios das populações tradicionais – caiçaras, quilombolas, indígenas. Expulsas de suas terras através de artimanhas e violências, estão sendo obrigadas a migrar para as periferias da cidade de Paraty. O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Paraty atuou em pelo menos 15 casos de comunidades expropriadas. Muitos deles para a construção de condomínios

de luxo e para a criação de unidades de conservação, como o Parque Nacional da Serra da Bocaina, em 1971.

Esse cenário de pressões tem alcançado também o Quilombo de Cabral. Exemplo disso é a construção de uma casa de veraneio em seu interior. Os herdeiros dos Lucas, Alves e Cabral têm se mobilizado pela titulação coletiva de suas terras e veem no direito quilombola uma maneira de defender a posse secular de seu território da especulação imobiliária crescente.

Atualmente, a agricultura na comunidade fica quase exclusivamente nos quintais, por conta das várias interdições ambientalistas. **Cabral está situado dentro da Área de Proteção Ambiental Cairuçu, na Baía da Ilha Grande, onde há a maior concentração de Mata Atlântica do Rio de Janeiro e próximo a outras unidades de conservação. Isso tem restringido o sistema tradicional da coivara.** Ainda assim, os moradores plantam diferentes culturas em meio às espécies nativas.



Primeira casa de veraneio construída no território reivindicado, em trecho sem documentação regular

Luta pelo território

Ao longo de sua história, os moradores de Cabral guardam memórias de violência e coação que, embora ocorridas no período pós-abolição, lembram a época da escravidão. Um proprietário no Rio dos Meros é lembrado por bater em “seus trabalhadores”, seja por não trabalharem como mandava

ou simplesmente por perversidade. Nas palavras de Sr. Domingos, “a arte era pesada” e alguns caíam desmaiados após pancadas na nuca. Conta-se que muitas vezes o proprietário se escondia em casa, com medo da reação dos trabalhadores.

Um dos donos da Fazenda Itatinga também é lembrado por ter ludibriado “seus trabalhadores” no período da Revolução Constitucionalista de 1932 (ou Guerra Paulista). Ele teria dito aos moradores da região que se não trabalhassem para ele, seriam enviados para a guerra. O trabalho na fazenda seria pago diretamente ao governo na forma de um tributo de dispensa. Essa falcatura durou anos.

Ainda hoje os quilombolas fazem uma associação entre a escravidão e algumas das atuais situações de trabalho. **As lembranças da escravidão, da violência e da resistência ligam o bairro do Cabral a uma ampla rede de parentesco, fundada na memória negra. Esses laços alimentam seu autorreconhecimento como quilombo.** Campinho da Independência, já mencionado, exerce um papel importante de mobilização não só no processo de reconhecimento de Cabral, como no de outras comunidades tradicionais em Paraty. Antes da construção da BR 101, que hoje separa as duas comunidades, o território de Campinho e Cabral era contínuo.

A Associação de moradores de Cabral foi criada em 2001. **Em 2007, já certificado pela Palmares, o Quilombo de Cabral foi convidado a participar do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FTC), criado naquele ano para reunir comunidades dessas localidades.** O Fórum discute os problemas em relação à especulação imobiliária, ao turismo desordenado, às dificuldades de acesso a serviços públicos, os problemas das restrições impostas pela legislação ambiental e formas de comercialização de produtos.

Por meio dessa rede, as comunidades tradicionais da região vêm lutando pela defesa de seus territórios. O Fórum estabelece parcerias com outras instituições e luta por ações e projetos voltados à promoção da saúde, sustentabilidade socioambiental, turismo de base comunitária, saneamento ecológico, agroecologia e

educação diferenciada. Em maio de 2014, o Fórum lançou a campanha “Preservar é Resistir – em defesa dos territórios tradicionais” com o objetivo de sensibilizar a população sobre os conflitos vividos por essas comunidades e fortalecer suas lutas.

A situação enfrentada pelas comunidades do Fórum expressa o paradoxo vivido por outras comunidades tradicionais sobrepostas a unidades de conservação de proteção integral. O Quilombo de Cabral está situado em uma área rica em nascentes e matas preservadas porque as próprias famílias negras assim as mantiveram. Foi devido ao modo como se relacionaram com o território ao longo de um século que o patrimônio ambiental de Paraty foi preservado. Sua luta é por isso também uma garantia da preservação desse patrimônio contra as pressões do turismo e da especulação imobiliária. É a evidência viva de uma trajetória de força, articulações e resistência negra na região.



Área verde no Quilombo de Cabral

Esta narrativa foi composta por Maria Letícia de Alvarenga Carvalho, com base no Relatório Antropológico de Reconhecimento Territorial da Comunidade Quilombola de Cabral – município de Paraty (RJ), realizado por José Maurício Arruti em 2008. Com informações adicionais do Levantamento das Informações Agroambientais da Comunidade Remanescente de Quilombo de Cabral, Paraty RJ, executado por Vanilton Ribeiro dos Santos (INCRA), com a colaboração de Miguel Cardoso (INCRA), Maria Claro Abalo (INCRA) e do quilombola Fabiano. Essas peças compõem o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação dos Remanescentes das Comunidades de Quilombo de Cabral (2010). Todas as fotos são do RTID.

Uma palavra da comunidade Cabral

A comunidade Cabral cresceu nos últimos anos. Com a publicação do Relatório houve o retorno de alguns parentes e o aumento da população no bairro. Para garantir trabalho e renda na própria comunidade, desenvolvemos várias atividades de agricultura e manufatura de produtos como a farinha da terra e a cachaça. Um dos espaços mais importantes para a comunidade é o Alambique Coqueiro, que gera renda e trabalho para os moradores. Fazemos festas que reúnem toda a comunidade, como a Festa de São João, que ocorre no Alambique Coqueiro, e a Celebração Santana na Igreja Católica.

A nossa comunidade é um pouco esquecida pelos governos. Entre nossas maiores dificuldades estão a falta de pavimentação das estradas, iluminação pública e telefonia. A terra está registrada em nome dos nossos avós, mas não conseguimos fazer o inventário. Por isso, como comunidade quilombola, aguardamos a titulação das terras. O resto se consegue lutando.

Nesse espaço da comunidade gostaríamos de homenagear Benedito Evêncio, pessoa fundamental para a construção dos espaços coletivos e das atividades de trabalho e geração de renda. Benedito nasceu em 1917 e foi muito importante na construção do engenho e da escola, assim como grande incentivador da tradicional festa de São João no Alambique Coqueiro. Mesmo sem ser religioso, ele contribuiu na construção das três igrejas que hoje existem na comunidade: a católica, a cristã e a Assembleia de Deus. Era um guerreiro! Criou seus irmãos e ensinou a muitas pessoas da comunidade como produzir a farinha, o fumo de rolo e outras tantas coisas.

Este texto foi redigido pela Equipe de Consulta a partir de conversas concedidas ao telefone por Domingos Ramos dos Santos e seu neto João Vítor.

Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

| | |
|--------------------------------------|--|
| PARCERIA | INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CEBRAS, NUQ |
| COORDENAÇÃO GERAL | Lilian C. B. Gomes, Deborah Lima, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer |
| CONCEPÇÃO DE TEXTO E EDIÇÃO FINAL | Deborah Lima |
| EDIÇÃO DE TEXTO | Juarez Rocha Guimarães, Gustavo A. Fonseca Silva |
| SUPERVISÃO DAS NARRATIVAS | Deborah Lima, Carlos Eduardo Marques |
| CONSULTA ÀS COMUNIDADES | Lilian C. B. Gomes, Aline Neves Rodrigues Alves, Isabella G. Miranda, Luciana Costa, Marilene Ribeiro, Suely Virgínia dos Santos |
| ADMINISTRAÇÃO | Kaianan Mauê S. Rosa, Priscila Z. Martins |
| MAPAS E FOTOGRAFIAS | Alexander Cambraia N. Vaz |
| PROJETO GRÁFICO | Paulo Schmidt |

C331q Carvalho, Maria Letícia de Alvarenga
Quilombo Cabral / Maria Letícia de Alvarenga Carvalho.
- Belo Horizonte: NUQ/ FAFICH: OJB/FAFICH, 2016.

16 p. (Terras de Quilombos)

Baseado no Relatório antropológico de reconhecimento territorial da comunidade quilombola de Cabral – município de Paraty (RJ), realizado por José Maurício Arruti; e no Levantamento das Informações Agro-ambientais da Comunidade Remanescente de Quilombo de Cabral, Paraty RJ, executado por Vanilton Ribeiro dos Santos (INCRA).

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Arruti, José Maurício. Relatório antropológico de reconhecimento territorial da comunidade quilombola de Cabral – município de Paraty (RJ). 4. Santos, Vanilton Ribeiro dos. Levantamento das Informações Agro-ambientais da Comunidade Remanescente de Quilombo de Cabral, Paraty RJ. I. Título. II. Série.

CDD:306
CDU:39

DILMA ROUSSEFF
Presidenta da República

PATRUS ANANIAS
Ministro de Estado do
Desenvolvimento Agrário

MARIA FERNANDA RAMOS COELHO
Secretária Executiva do Ministério do
Desenvolvimento Agrário

ROBERTO WAGNER RODRIGUES
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários
e Desenvolvimento Rural

ZORILDA GOMES DE ARAÚJO
Coordenadora do Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural

EDMILTON CERQUEIRA
QUÊNER CHAVES DOS SANTOS
Coordenação Geral de Políticas para
Povos e Comunidades Tradicionais

MARIA LÚCIA FALCÓN
Presidenta do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária

RICHARD MARTINS TORSIANO
Diretor de Ordenamento da
Estrutura Fundiária

ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI
Coordenadora Geral de Regularização
de Territórios Quilombolas

GUILHERME MANSUR DIAS
JULIA MARQUES DALLA COSTA
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS
Apoio técnico
Superintendências nos estados

A Coleção Terras de Quilombos

reúne um conjunto de narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e concepções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.

